

O IMPACTO DA POLÍTICA AGRÍCOLA COMUNITÁRIA AO NÍVEL DAS EMPRESAS PORTUGUESAS: O CASO DO ALENTEJO

António Cipriano A. Pinheiro ()*

*Maria Leonor Silva Carvalho (**)*

1 — Introdução

Após a independência das colónias portuguesas os políticos confrontraram-se com as posições alternativas de pedir a adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) ou de manter uma posição de maior ligação com o dito Terceiro Mundo. Os políticos no poder em 1977 decidiram optar pela primeira alternativa, embora com o desconhecimento, quase total, das implicações económicas da adesão de Portugal à CEE.

O processo de negociação foi longo, nomeadamente porque a entrada simultânea da Espanha para a Comunidade provocava alguns problemas para os orçamentos da Comunidade devido aos produtos mediterrânicos.

Infelizmente desde o início das negociações até ao presente (cerca de nove anos) pouco ou nada se fez para transformar o nosso sector agro-pecuário, sendo a nossa agricultura hoje tão retrógrada como era 50 anos atrás.

Neste artigo passam-se em revista alguns aspectos da agricultura portuguesa e da dependência alimentar do País, ao mesmo tempo que se analisam alguns dos aspectos estruturais e de política de preços que forçosamente terão de ser modificados com a entrada na CEE. Por fim, tenta-se medir o impacto da mudança do vector dos preços numa empresa representativa do Alentejo.

2 — A agricultura portuguesa no passado

No princípio deste século o sector agrícola ocupava 57,4 % da população activa (Bairoch, 1976). Em 1960, a população na agricultura era ainda da ordem dos 42 % e originava cerca de 24 % do produto nacional bruto (PNB). Presentemente o sector agro-pecuário emprega 25 % da força de trabalho e produz 12 % do PNB (World Bank Report no. 5007-Po). Estes números sugere-

(*) Professor do Departamento de Economia da Universidade de Évora.

(**) Assistente do Departamento de Economia da Universidade de Évora.

Estimativa das produções/hectare para algumas culturas no período de 1970-1982

	Anos													Taxa anual de crescimento (b)	
	Toneladas/hectares													Em percentagem	
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982 (a)	1970-1982	1978-1982
Trigo	1,11	1,56	1,24	1,17	1,16	1,30	1,29	0,87	0,73	0,88	1,22	0,93	1,22	— 2,1	11,4
Milho	1,39	1,34	1,33	1,37	1,35	1,21	1,09	1,23	1,22	1,23	1,30	1,08	1,10	— 1,7	— 3,2
Centeio	0,69	0,75	0,73	0,65	0,68	0,69	0,75	0,54	0,58	0,58	0,67	0,63	0,62	— 1,5	2,5
Aveia	0,48	0,74	0,50	0,50	0,58	0,58	0,59	0,41	0,36	0,44	0,55	0,45	0,47	— 2,3	5,4
Cevada	0,61	0,92	0,70	0,70	0,79	0,86	0,82	0,59	0,51	0,57	0,68	0,55	0,59	— 2,4	2,4
Arroz	4,70	3,80	3,80	4,30	3,90	4,40	4,40	3,00	4,10	4,20	4,50	4,40	4,30	0,3	1,6
Girassol	1,08	0,76	0,76	0,53	0,50	0,62	0,63	0,68	0,77	0,61	0,57	0,64	0,69	— 0,1	— 1,1
Cártamo	0,75	0,81	0,52	0,32	0,33	0,45	0,50	0,18	0,45	0,42	0,71	0,38	0,67	— 3,7	7,8
Grão-de-bico	0,42	0,40	0,38	0,39	0,32	0,38	0,36	0,32	0,37	0,36	0,38	0,27	0,23	— 2,4	— 8,7
Feijão	0,15	0,17	0,16	0,16	0,13	0,13	0,12	0,14	0,15	0,15	0,15	0,12	0,13	— 1,6	— 4,3
Fava	0,57	0,72	0,63	0,60	0,66	0,64	0,63	0,54	0,54	0,52	0,60	0,54	0,51	— 1,7	— 0,7
Batata	10,80	10,20	10,20	9,90	10,00	9,40	7,90	9,60	9,40	9,40	10,40	7,70	8,00	— 1,9	— 5,1
Tomate	36,00	30,50	44,80	46,20	44,10	45,10	37,60	33,60	30,70	28,50	27,30	21,90	23,40	— 3,9	— 6,9

(a) Dados preliminares;

(b) Taxa de crescimento da produção menos taxa de crescimento da área plantada.

Fonte: Portugal Agricultural Sector Survey, Julho de 1984.

QUADRO N.º 2

Área plantada das principais culturas no período de 1970-1982

	Anos — Milhares de hectares													Taxa anual de crescimento — Em percentagem	
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982 (a)	1970-1982	1978-1982
Trigo	494,4	508,0	489,4	442,1	461,6	462,3	531,8	258,7	354,9	281,3	350,8	339,8	366,0	— 4,0	2,4
Milho	417,8	393,2	389,0	372,3	359,8	371,5	348,5	360,7	369,2	375,6	376,6	347,7	385,0	— 0,7	0,1
Centeio	226,2	224,8	225,5	206,9	209,8	210,8	218,6	189,8	213,3	208,8	205,8	199,4	190,0	— 1,1	— 2,7
Aveia	151,7	167,7	168,2	157,0	170,6	206,6	215,2	145,2	177,0	159,1	174,7	160,3	175,0	0,3	— 0,2
Cevada	88,1	92,1	89,4	80,8	93,5	100,5	143,1	67,2	85,6	72,1	79,2	74,1	82,0	— 1,5	— 0,6
Arroz	41,7	42,2	43,5	39,2	33,0	30,2	22,3	34,3	32,9	34,7	34,7	25,2	33,0	— 2,9	— 2,8
Girassol	1,2	2,1	2,1	3,0	5,8	12,1	14,6	10,2	19,0	19,9	30,0	24,0	28,8	24,0	10,4
Cártamo	15,1	27,0	28,8	34,5	21,8	27,6	16,0	13,7	7,7	3,1	3,4	0,8	1,5	— 16,0	— 33,8
Grão-de-bico	46,9	40,7	38,1	39,1	44,9	39,9	41,2	34,9	40,7	37,0	39,9	29,2	30,0	— 2,4	— 8,0
Feijão	354,5	326,7	322,1	306,4	297,4	301,1	270,0	266,9	281,5	260,0	272,7	241,6	258,0	— 2,6	— 2,5
Fava	46,5	45,5	45,4	42,8	41,1	40,4	41,8	27,4	35,7	33,3	34,8	29,6	35,0	— 3,4	— 1,5
Batata	113,3	109,9	111,9	109,3	111,7	107,2	161,1	124,9	119,4	108,0	113,8	107,6	125,0	0,5	1,0
Tomate	19,2	20,4	19,1	20,0	16,2	18,3	13,1	19,8	20,6	19,4	19,4	18,0	18,4	— 0,2	— 3,0

(a) Preliminares.

Fonte: Portugal Agricultural Survey, 20 de Julho de 1984.

rem que a produtividade do trabalho no sector agro-pecuário tem diminuído desde 1960 relativamente aos outros sectores.

Em regra, as diminuições da população e da parte do produto nacional gerada no sector agrícola constituem um fenómeno comum das economias industrializadas, levando ao desenvolvimento do sector e ao aumento do rendimento da população que nele permanece. Em Portugal, devido à protecção alfandegária e a outros protecționismos, às diminuições da população e do PNB estão associadas a estagnação da produção e a diminuição do rendimento real dos agricultores.

As produtividades da terra praticamente não têm crescido, sendo presentemente muito mais baixas que as dos países da CEE e mesmo do que as da vizinha Espanha. Para as mais importantes culturas não tem havido progresso técnico avaliado em termos de produções por hectare (quadro n.º 1). Para a maior parte das culturas não só a taxa anual de crescimento das produções por hectare tem sido negativa como também tem diminuído a área plantada (quadro n.º 2).

Esta estagnação da oferta dos produtos agrícolas foi confrontada com um rápido crescimento da procura de alimentos devido a um aumento do poder de compra e ao aumento da população. A mudança política operada em 1974 elevou o poder aquisitivo da população, especialmente daquela camada cuja elasticidade de procura de rendimento para os alimentos era maior (quadro n.º 3).

QUADRO N.º 3

Salários horários para os trabalhadores em Portugal no período de 1960-1979

(Em dólares americanos)

	1960	1965	1970	1975	1979
Agricultura	0,10	0,14	0,24	0,74	0,77
Indústria	-	-	0,38	1,26	1,30
Indústria transformadora	0,14	0,19	0,37	1,30	1,36

Fonte: Douges *et al.*, 1982.

No período de 1970-1975, os salários foram multiplicados por três na agricultura e por valores ainda maiores nos outros sectores. Também naquela altura a independência das colónias trouxe a Portugal cerca de 700 000 pessoas, o que representou um aumento brusco da população de cerca de 7%. Estes dois fenómenos foram os grandes responsáveis pelo acréscimo da procura.

Dado que a oferta de alimentos não acompanhou o crescimento da procura, a importação de alimentos aumentou rapidamente (quadro n.º 4). O tremendo aumento na procura de cereais também foi devido a uma mudança na dieta alimentar. Os consumidores começaram a introduzir mais carne na sua alimentação, a qual passou a ser produzida intensivamente em estabulação,

QUADRO N.º 4

Volume das importações agrícolas mais importantes

	Anos — Milhares de toneladas											
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Trigo	341,3	141,5	141,8	160,2	321,5	299,0	220,7	366,9	636,2	754,4	506,2	896,9
Milho	320,7	504,9	786,6	793,9	985,9	1 214,5	1 196,1	1 202,4	1 672,8	2 003,4	2 534,6	2 544,1
Sorgo	neg.	neg.	neg.	234,1	375,7	93,2	290,6	436,7	326,9	131,6	85,6	168,4
Sementes oleaginosas	151,1	172,5	186,6	180,6	180,1	235,1	332,9	336,6	435,9	514,4	495,0	490,7
Óleos e gorduras	31,7	37,0	55,4	43,7	38,3	28,8	24,6	18,9	25,5	24,3	18,8	20,5
Bagaços	87,1	169,0	138,6	157,0	183,6	134,2	145,7	236,6	253,2	199,2	340,2	454,2
Café	16,4	19,3	20,9	19,8	18,5	15,0	19,9	12,3	10,4	13,2	11,5	14,1
Açúcar	151,1	172,5	186,6	180,6	306,7	287,8	239,0	264,3	282,9	263,1	273,4	236,9
Carne de vaca	4,6	22,8	31,8	20,0	36,0	23,9	34,9	50,9	19,3	12,9	11,4	2,1
Carne de porco	4,4	10,2	12,5	5,4	11,6	8,7	14,9	7,3	0,7	9,5	1,7	1,5

Fonte: Portugal Agricultural Survey, 20 de Julho de 1984.

em oposição ao processo extensivo tradicional. Em 1980, os cereais representavam 66,7 % das matérias-primas usadas pelas fábricas de rações. Isto foi devido aos elevados subsídios concedidos pelo Governo à alimentação animal, os quais estão agora a ser retirados.

Portugal é deficitário em carne de vaca e vitela (produz 86 % do consumo), carne de porco (95 %), trigo (59 %) e milho (27 %). Somos auto-suficientes em carne de frango, ovos, azeite, citrinos e temos um ligeiro excesso em carne de borrego (104 %) e vinho (122 %) (Martin, 1985).

3 — Penalizações e benefícios da política agrícola comum (PAC)

A preferência pelos produtos da Comunidade levará a que Portugal aumente as suas importações de cereais, carne, açúcar e laticíneos dos países da Comunidade. Dado que os preços da PAC são, em regra, mais elevados que os preços no mercado mundial, isto representa uma perda do bem-estar dos Portugueses enquanto consumidores. Mesmo com aqueles produtos como o milho, que continuarão a ser importados de países não pertencentes à CEE, Portugal terá de aplicar a tarifa da PAC, de modo que o custo destes produtos subirá substancialmente.

Por outro lado, a PAC não dá garantias de preços elevados para a maioria dos produtos mediterrânicos como faz para os cereais. Uma excepção poderá ser o azeite, para o qual é garantido um preço elevado. A adopção da PAC obriga a que determinados «monopólios» comerciais do Estado acabem, o que de certo modo terminará com a política discriminatória de preços e de subsídios. Esta intervenção do Governo tem, na maioria dos casos, distorcido a afectação dos recursos do sector agro-pecuário e é, em parte, responsável pela estagnação da produtividade da terra e do trabalho e pelo desencorajamento ao aparecimento de culturas e tecnologias alternativas.

A adesão de Portugal à CEE fará despoletar o aparecimento de novas tecnologias, aumentará a exportação de frutos, vegetais e vinho. Por outro lado, a agricultura tenderá a aumentar a produção dos bens de que é deficitária e tenderá a produzir substitutos para as importações, dado que estas serão mais caras com a PAC. O investimento estrangeiro tenderá a aumentar, nomeadamente nos sectores da indústria e dos serviços, que tenderão a absorver a mão-de-obra que deverá sair da agricultura. Finalmente, do lado dos créditos, a adesão de Portugal à CEE fornecerá fundos comunitários para melhoria das estruturas, em particular para acelerar a modernização das tecnologias e elevar o nível do investimento em relação ao PNB.

3.1 — Mudanças nos preços

As perspectivas para as produções de frutos e vegetais são boas, pois os preços na CEE são mais elevados do que em Portugal. Em oposição, a PAC fará forte pressão no sentido de baixar os preços dos cereais e de alguns pro-

duto de origem animal. Os cereais e a produção pecuária são as produções principais do sector agrícola português, principalmente na região sul, pelo que a descida dos preços daqueles produtos poderá ser muito importante no que se refere à produção e ao rendimento dos agricultores.

Os preços no produtor do trigo, arroz e leite aumentaram, respectivamente, em 33 %, 37 % e 63 % durante 1983. Ao mesmo tempo, o custo das principais importações subsidiadas, adubos, alimentos concentrados e gasóleo, aumentavam 72 %, 62 % e 60 %, respectivamente. Em 1981-1983, os preços dos cereais e do leite estavam em Portugal ao mesmo nível da CEE, mas em 1984 os preços destes produtos em Portugal excediam os preços da CEE em 20 % e 33 %, mesmo considerando a depreciação do escudo de 15 % relativamente ao ECU (quadro n.º 5).

QUADRO N.º 5

Índices dos preços no produtor em Portugal/Preços no produtor na CEE

	1981	1982	1983	1984 (a)
Trigo	99	94	109	133
Centeio	109	103	103	135
Cevada	94	88	89	120
Milho	97	95	100	130
Arroz	88	83	83	106
Todos os cereais	97	95	95	123
Leite	99	101	108	124
Carne de vaca	105	96	104	-
Carne de porco	78	101	110	-
Tomate	46	51	47	-

(a) Preços no produtor fixados para o ano agrícola de 1983-1984 (ano comercial de 1984-1985). Considerou-se a depreciação do escudo de 15 % (1,25 % por mês) em 1984.

Fonte: *Portugal Agricultural Sector Survey*, 20 de Julho de 1984.

O problema que se coloca é o de encontrar um processo de ajustamento de preços de Portugal aos da CEE que facilite ao mesmo tempo a modernização da nossa agricultura. O Alentejo é uma região onde as pressões para o ajustamento se farão sentir com grande intensidade, pois os cereais e a produção animal constituem as principais actividades do sector primário.

4 — Ajustamentos da agricultura alentejana devidos à PAC

A harmonização dos preços não vai afectar igualmente todas as regiões de Portugal; o Alentejo, onde predominam a pecuária e os cereais, será uma zona que terá muito a perder durante o período de ajustamento. Esta região

representa um terço da área agrícola. Da área semeada no País em trigo, cevada, aveia, arroz, favas e grão-de-bico, o Alentejo representa 70 %, 56 %, 62 %, 20 %, 29 % e 59 %, respectivamente. No que se refere à produção pecuária, o Alentejo representa 35 % da produção de carne de vaca e 50 % de carnes de borrego e de cabrito.

A fim de estimar os efeitos da PAC naquela região, tomou-se por base uma empresa representativa da região. A empresa agrícola tem 450 ha, dos quais 150 ha são de bons solos (classes A e B), 200 ha de solos médios (classe C), 130 ha de solos muito pobres (classe D) e 20 ha de terra de regadio. Os sistemas culturais estudados são os praticados na região. Assim, nos melhores solos é comum a rotação trigo-cevada-girassol. Nos solos de qualidade média é frequente, entre outras, a rotação girassol-trigo-aveia para silagem. Nos solos pobres e muito pobres pratica-se a rotação trigo-aveia para silagem-pousio ou outras semelhantes. Na terra de regadio as culturas praticadas são tomate para indústria, milho para grão e arroz. No que se refere a actividades pecuárias, consideram-se representativas da região a produção de carne de vaca e a produção de carne de borrego, admitindo que esta actividade pode ser orientada de modo que os borregos estejam em condições de abate em duas épocas do ano distintas.

A técnica de análise utilizada foi a programação linear, sendo a função objectivo a margem bruta das diferentes actividades. As restrições consideradas foram as relativas à terra, ao equilíbrio alimentar dos animais nas diferentes épocas do ano e as disponibilidades de maquinaria. Com excepção do período Outubro-Novembro, período de ponta para todas as empresas da região, admitiu-se que é possível encontrar pessoal assalariado e alugar máquinas na quantidade que se desejar. Também se admitiu que se pode comprar alimento concentrado para os animais durante todo o ano (1).

Tomando os preços actualmente praticados em Portugal, ano agrícola de 1984-1985, a solução óptima indica que toda a terra de sequeiro, mesmo a mais pobre, deve ser usada na produção de cereais e que o regadio deve ser ocupado na produção de arroz e de tomate para a indústria. Com os preços actuais, na solução óptima praticamente não entra a produção pecuária (apenas a actividade vacas de carne com dezasseis unidades) (v. o quadro n.º 6).

Aqueles resultados são concordantes com o que acima se disse relativamente aos elevados preços dos cereais praticados em Portugal. Estes preços têm tido sérias consequências na utilização dos recursos, tendo levado a cultivar trigo em solos mais adequados à produção de forragem do que à produção de cereais. Também os subsídios dados aos alimentos concentrados, preparados a partir de matérias-primas importadas, têm tornado a pecuária sem terra mais lucrativa do que a pecuária à base de alimentos produzidos no País.

Admitindo que o preço dos factores de produção em termos reais vai permanecer o mesmo e que o preço dos produtos na CEE é o previsto por Tan-

(1) Para mais informações sobre a empresa e sobre o modelo v. SILVA, Maria Gabriela, et al., *Economia e Sociologia*, n.º 40, 1985, pp. 5-35.

Planos óptimos para diferentes anos

Tipos de solos e actividades	Anos			
	1984-1985	1989-1990	1993-1994	1998-1999
Classes A e B (150 ha).	Alqueive revestido com girassol-trigo-cevada dística (100 %).	Alqueive revestido com grão-trigo-cevada dística (58 %) e alqueive revestido com girassol-trigo (42 %).	Alqueive revestido com grão-trigo-cevada dística (58 %) e alqueive revestido com girassol-trigo (42 %).	Alqueive revestido com grão-trigo-cevada dística (100 %).
Classe C (200 ha)	Alqueive revestido com girassol-trigo-aveia-pousio (100 %).	Alqueive revestido com girassol-trigo-aveia-pousio (44 %) e alqueive revestido com girassol-trigo-aveia com vicia-pousio (56 %).	Alqueive revestido com girassol-trigo-aveia-pousio (44 %) e alqueive revestido com girassol-trigo-aveia com vicia-pousio (56 %).	Alqueive revestido com girassol-trigo-aveia-pousio (66 %) e alqueive revestido com girassol-trigo-aveia com vicia-pousio (34 %).
Classe D (130 ha)	Alqueive nu-trigo-aveia-pousio-pousio (100 %).	Alqueive nu-trigo-aveia-pousio-pousio (100 %).	Alqueive nu-trigo-aveia-pousio-pousio (100 %).	Alqueive nu-trigo-aveia-pousio-pousio (51 %).
Terra de regadio (20 ha).	Arroz (80 %). Tomate (20 %).	Tomate (100 %).	Tomate (100 %).	Tomate (100 %).
Actividades pecuárias.	16 vacas de carne.	150 vacas de carne. 500 ovelhas com parição em Outubro. 500 ovelhas com parição em Fevereiro.	150 vacas de carne. 500 ovelhas com parição em Outubro. 500 ovelhas com parição em Fevereiro.	150 vacas de carne. 500 ovelhas com parição em Outubro. 500 ovelhas com parição em Fevereiro.
Margem bruta (10 ³ escudos de Março 1986).....	26 370	25 060	25 202	23 410

germann (1985), na hipótese do crescimento anual dos preços nominais da PAC ser de 1,5 % e de se verificar um imediato ajustamento da taxa verde, os planos óptimos para os anos agrícolas de 1989-1990, 1993-1994 e 1998-1999 são os que se apresentam no quadro n.º 6. Para que estes planos possam ser comparados com o referente ano de 1984-1985 (preços em Portugal) devemos acrescentar que as actividades pecuárias foram limitadas, por razões de ordem técnica, a 150 vacas e a 500 ovelhas em cada um dos dois períodos de parição considerados.

Da análise do referido quadro são de salientar os seguintes aspectos:

- as actividades pecuárias tendem a ser mais rentáveis, mesmo alimentadas à custa de rações (tomou-se o milho como base de determinação do custo da unidade forrageira), ficando estas nos níveis máximos admitidos no modelo;
- das actividades de regadio o tomate é, de longe, o mais rentável;
- a margem bruta total da empresa, em termos reais, tende a baixar;
- se não forem impostas restrições ao programa relativamente à dimensão da actividade ovelhas com parição em Fevereiro, esta crescerá até ao limite da mão-de-obra disponível. Neste caso, a solução óptima teria apenas ovelhas com parição em Fevereiro e tomate. Só a terra de regadio seria cultivada.

Do que acima fica dito conclui-se que das rotações tecnicamente indicadas para a região em estudo, o tomate e a produção de borrego dominam, do ponto de vista económico, todas as outras.

Dado que a actividade pecuária, nomeadamente a criação de ovinos, domina todas as outras, com excepção do tomate, achou-se interessante ver quais as alterações que se verificariam nos planos óptimos se todo o alimento para o gado tiver de ser produzido na exploração. As soluções óptimas encontradas nesta situação são idênticas para qualquer dos anos considerados, mas o valor da função objectivo, em termos reais, tende a diminuir.

Naquela situação os solos das classes A e B seriam integralmente ocupados com a rotação alqueive revestido com grão-trigo-cevada dística; a terra da classe C seria ocupada em 40 % com a rotação alqueive revestido com girassol-trigo-aveia-pousio e os restantes 60 % com a rotação alqueive revestido com girassol-trigo-aveia com vícia-pousio; os solos da classe D seriam integralmente ocupados com a rotação alqueive nu-trigo-aveia-pousio-pousio; o regadio seria totalmente ocupado com tomate para a indústria. A actividade pecuária seria 550 ovelhas com parição em Fevereiro. Nesta situação, as rotações que fornecem maior quantidade de alimento para as ovelhas são as que optimizam a função objectivo.

Outro ponto interessante para análise é saber como é ocupado o regadio quando se impõem restrições à área destinada à cultura do tomate, o que aliás corresponde à existência de uma quota de produção para esta cultura. A área não ocupada pelo tomate seria totalmente aproveitada na cultura do arroz.

4.1 — Prioridades de investigação no Alentejo

A investigação sobre os cereais, nomeadamente sobre o trigo e a cevada, tem larga tradição entre nós, embora os resultados não sejam muito encorajadores. A investigação tem de passar a assentar em sistemas de produção onde os animais, especialmente os ovinos, sejam considerados e a sua alimentação seja à base dos produtos da exploração. Os sistemas devem integrar os cereais tradicionais (trigo, cevada e aveia), mas devem também incorporar outras culturas como o triticale, o grão-de-bico, a ervilha forrageira, o girassol regado, as pastagens e as forragens de sequeiro e de regadio.

Pouco se sabe sobre as oleaginosas, tais como girassol e cártamo, no que se refere à sementeira, à fertilização e à resposta à rega em períodos críticos.

É de importância capital para a região em estudo a investigação sobre pastagens e forragens nos mais diversos aspectos. O trevo subterrâneo é, para alguns especialistas da matéria, considerado como a base do sistema de produção em cerca de 500 000 ha, em rotação com cereais de Inverno. Apesar da importância que se atribui a esta cultura, pouco se sabe da sua tecnologia, o que se manifesta pela falta de sucesso na instalação dos prados de trevo subterrâneo.

Para as zonas irrigadas têm de se introduzir novas culturas tais como a beterraba, quer para açúcar quer para alimentação dos animais, o tabaco e outras. Para culturas já praticadas como o girassol é importante conhecer a resposta à água nos períodos críticos.

Por outro lado, é fundamental que se investigue o sector pecuário, tendo em atenção a qualidade do animal que é preciso produzir e a natureza do alimento e o meio ambiente em que a actividade se desenvolve.

5 — Conclusões

Embora os preços de alguns produtos agrícolas em Portugal tenham sido mantidos relativamente altos pelo Governo, a oferta desses produtos não tem respondido às necessidades domésticas. Dado que o Governo perderá aquele controle sobre os preços e haverá desarmamento alfandegário, é urgente que a nossa agricultura ganhe competitividade durante o período de transição. Os preços dos cereais e da carne são, acualmente, mais altos em Portugal do que na CEE. Sendo o Alentejo uma região onde a grande maioria dos agricultores produz cereais e gado, é necessário encontrar novas tecnologias para diminuir as perdas que resultam da integração na Comunidade Europeia.

Nos próximos anos os agricultores serão pressionados a encontrar novos sistemas culturais devido à mudança relativa dos preços. Dado que o Governo deixa de ter os poderes que até aqui tem tido na política de preços, fica-lhe como principal instrumento para influenciar o desenvolvimento da agricultura a escolha dos projectos onde se farão investimentos.

O investimento público nas tecnologias da criação de ovinos, das sementes oleaginosas, das forragens e pastagens e dos regadios constitui a primeira prioridade no Alentejo.

Parece-nos, contudo, impossível vencer o desafio tecnológico, por maiores que sejam as transferências de fundos da Comunidade, sem que primeiro se vençam os problemas da informação e da gestão. Só soluções adaptadas a uma necessidade sentida e quantificada pela empresa poderão ter a rentabilidade empresarial e social necessária à rápida recuperação do atraso da agricultura regional.

REFERÊNCIAS

- BAIROCH, Paul, «Europe's Gross National Product, 1800-1975», *The Journal of European Economic History*, vol. 5, Roma, pp. 273-340.
- DOUGES, Juergen B., et al. *The Second Enlargement of the European Community, Adjustment Requirements and Challenges for Policy Reform*, Tübingen, Mohr, República Federal da Alemanha, 1982.
- MARTIN, Marshal A., «Agricultural and Trade Policies in the Iberian Peninsula and European Economic Community and Implications for Enlargement» (documento apresentado na reunião da Associação Internacional de Economistas Agrários, Málaga, 1985).
- TANGERMANN, S., e JOSLING, Tim, «Future Prices for Portuguese Agriculture: Transition Rules and Policy Flexibility», Julho de 1985 (relatório para o Gabinete de Planeamento do Ministério da Agricultura).

PINHEIRO, António Cipriano A., e CARVALHO, Maria Leonor Silva — O impacto da política agrícola comunitária ao nível das empresas portuguesas: o caso do Alentejo.

Apesar de os preços relativos dos produtos agro-pecuários serem mais altos em Portugal do que na CEE, a agricultura portuguesa não tem sido capaz de responder às necessidades crescentes do consumo daqueles produtos.

A adaptação da PAC vai reduzir o rendimento real dos agricultores, nomeadamente daqueles cuja actividade principal assenta na produção dos cereais e para os quais não têm sido procuradas soluções alternativas, o que se revela de prioridade absoluta no domínio da investigação.

PINHEIRO, António Cipriano A., CARVALHO, Maria Leonor Silva — The impact of the joint agriculture policy as regards Portuguese farms: the Alentejo case.

Although the relative prices of agro-animal food products are higher in Portugal than in the EEC, Portuguese agriculture has been unable to meet the growing needs to consume such products.

Adaptation of the Common Agriculture Policy will reduce the real income of farmers namely those whose main activity is the cereal production and for whom no alternative solutions have been sought. This is seen as an absolute priority in the field of research.